

O ESPORTE COMO LAZER EM PERSPECTIVA DE BEM-ESTAR SOCIAL

RENILTON OLIVEIRA SANTOS
VERA LÚCIA DE MENEZES COSTA
MANOEL JOSÉ GOMES TUBINO

Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro – Brasil
nillsanttos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na atual sociedade o homem tem assumido uma postura significativamente estressante com relação ao trabalho. Pode-se dizer que o tempo livre com o aumento da revolução tecnológica tornou-se um momento de regeneração para o próprio trabalho. Apesar das máquinas favorecerem o aumento da produtividade, tem-se a sensação, conforme De Masi (2001), de que o homem tem muito menos tempo para o lazer do que no passado.

A partir do advento da sociedade industrial, muitos autores escreveram sobre o assunto. Na Europa, no fim do século XIX, Lafargue (2003) redigia o primeiro manifesto literário sobre o lazer comentando sobre o desrespeito que os operários sofriam nas fábricas.

Conforme Marcelino (1999), apenas nas primeiras décadas do século XX, aconteceu a sistematização dos estudos sobre o lazer na Europa e Estados Unidos. Como um dos autores mais recentes, destaca-se o francês Jofre Dumazedier (1976) em pesquisas com abrangência internacional, com influências no Brasil.

Este estudo sobre a prática de esportes como lazer no tempo livre pretendeu compreender os principais aspectos envolvidos numa abordagem sócio-histórica da dialética lazer, esporte e Bem-estar social.

O LAZER

O lazer é um termo normalmente compreendido no senso comum de forma pejorativa, sendo associado ao não-trabalho e improdutividade. Neste estudo, porém, faz-se necessária uma breve discussão para um melhor entendimento da questão.

A sociedade industrial, conforme Calvet (2006) contribuiu consideravelmente por este sentido pejorativo ao lazer. Na Revolução Industrial, o trabalho era considerado como o bem maior entre os homens, que afastavam o ócio do seu ambiente por considerarem-no uma oposição. O ócio, na Antiguidade, conforme Salis (2004), era visto como uma forma de gastar o tempo com alegria e paixão. A finalidade do ócio era fazer com que o homem imitasse os deuses, como um meio para a celebração de si mesmo e o próprio enriquecimento. O homem recorria ao gozo do tempo, livrando-se das atividades do plano servil. No entanto, levava-se em conta que, prazerosas ou não, as atividades deveriam ser executadas como obrigação. O homem só seria considerado completo no momento em que transcendesse a sua condição de subsistência, adotando atividades de contemplação por meio do tempo livre. (SARMENTO, 2002).

Segundo Werneck (1996), as relações de trabalho e lazer têm suas origens na Antiguidade Clássica. Antes, especificamente no século V a.C., os gregos viviam de maneira forte e guerreira, garantindo a defesa dos valores e a riqueza da comunidade consideradas naquela época como atributos necessários à manutenção da vida. O grande desenvolvimento alcançado pela Grécia no Período Clássico deve-se à possibilidade de alguns homens terem oportunidades de ócio em detrimento de outros, que eram obrigados a manter o trabalho efetivo.

As sociedades mercantilistas, com o passar do tempo, foram suprimindo as atividades de lazer, pois concebiam as conquistas econômicas como objetivos principais, substituindo assim o ócio pelo *Negum Otio*, que ficou conhecido tradicionalmente como negócio até os dias atuais. (CALVET, 2006).

O trabalho ganhou um espaço muito grande na vida do ser humano no estabelecimento da sociedade industrial, que impunha uma nova estrutura para o tempo do trabalho. Significava que o homem deveria absorver um tempo significativo de sua vida como um profissional de alta produtividade (PADILHA, 2000).

Calvet (2006, p.58) afirma: “[...] enquanto se pensar no lazer como tempo não produtivo, em contraposição ao tempo produtivo, permanecer-se-á a fixar o trabalho como núcleo central da vida” [...].

Assim, o ócio foi-se reafirmando como mero repositório das energias gastas no trabalho e como oposição das atividades produtivas, estabelecendo-se apenas como meio de compensação ao trabalho.

Diante disso, o bem-estar social da classe trabalhadora foi diminuindo e contribuindo para um aumento do estresse, do isolamento social, do sedentarismo e do hábito de uma alimentação desequilibrada. Conforme Lafargue (2003), os operários pareciam não compreender que, quando eram submetidos a uma jornada extrema de trabalho, esgotavam precocemente suas forças, comprometendo seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Atualmente, alcançar o bem-estar social é uma questão fundamental para as pessoas exercerem a cidadania. No entanto, sabe-se que é da responsabilidade do Estado além de fomentar as práticas esportivas no tempo livre, resolver as questões relacionadas à saúde, à educação, ao seguro-desemprego, à proteção à terceira idade, ao risco social e ao abandono.

O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Os primeiros a usarem a expressão Estado de Bem-Estar foram os jornalistas ingleses. O assunto chegou mais tarde aos bancos acadêmicos para uma discussão mais fundamentada acerca de sua sustentabilidade (GOMES, 2006).

Entende-se o bem-estar pela integração dos componentes mentais, físicos, espirituais e emocionais. Todo bem-estar é maior que as partes que o compõem e fruto de uma avaliação subjetiva e individual. De acordo com Nahas (2001), enquanto a saúde é determinada por parâmetros objetivos e subjetivos, o bem-estar sempre é avaliado por meio de uma percepção subjetiva individual.

A grande finalidade do bem-estar social parece estar na garantia de mínima dignidade ao ser humano, principalmente com relação a emprego, serviços de saúde, habitação, vestuário, alimentação, educação, previdência social e lazer. Melhorias da população em relação a aumento de renda, segurança e conforto também favorecem o bem-estar.

No entanto, sabe-se que o bem-estar social é subsidiado pelo Estado, uma vez que o conjunto de serviços e benefícios sociais que o promove se institui como forma de equilíbrio entre as forças de mercado e a garantia de estabilidade social relativa. A sociedade recebe benefícios sociais suficientes para uma estruturação material e manutenção de seu padrão de vida, como mecanismo de defesa aos efeitos negativos da estrutura capitalista excludente (GOMES, 2006).

No período pós-guerra, conforme Outhwaite e Bottomore (1996), a expressão Estado de Bem-Estar ganhou força como proposta institucional do Estado para alcançar alguns objetivos no combate aos cinco males da sociedade: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade. No entanto, o mesmo Estado, que alcançou o sucesso no pós-guerra, no período final dos anos de 1960 tornou-se inoperante por não acompanhar o crescimento econômico avassalador, provocando a falência na categoria do Estado de Bem-Estar. Destarte, num primeiro momento a globalização da economia procurou a possibilidade de bem-estar e, num segundo momento, contribuiu para acentuar o fracasso social de muitas pessoas.

Argumenta-se, a partir de tal orientação, que as políticas de bem-estar, mais que minimizar as desigualdades inerentes a qualquer sistema social, ao contrário, potencializam-nas, premiando a dependência e a

acomodação em detrimento da valorização das iniciativas individuais. Isto se traduz, perversamente, por um processo de naturalização das desigualdades. Para os neoliberais, portanto, nada é mais positivo que a competitividade subjacente à desigualdade, pois é a partir dela que os indivíduos são levados a conquistarem melhores condições de vida (MASCARENHAS, 2004, p.79).

Em decorrência, poucas pessoas puderam ter acesso ao lazer, que assumiu um caráter de mercadoria, ficando conhecido como “merco lazer”, de acordo com Mascarenhas (2004). Criou-se, então, uma esfera diferente a respeito dos valores do lazer que foram amplamente divulgados em trabalhos de Dumadezier (1994). Aos poucos a cultura do “merco lazer”, que inspirou o fenômeno da mais valia, priorizando os lucros da indústria do lazer, foi compartilhando espaço com as idéias de descanso, diversão e desenvolvimento.

De acordo com Padilha (2000), o lazer apresenta-se hoje como atividade de consumo, já que as atividades a ele relacionadas são transformadas em mercadorias e assumem cada vez mais um espaço no sistema econômico no qual está inserido. A autora afirma que, se existe uma tendência para um aumento do tempo livre em função da revolução tecnológica, provavelmente haverá um aumento significativo dos serviços especializados em entretenimentos e, em consequência aumentando as possibilidades de consumo e de produção de mercadorias.

LAZER E ESPORTE, UMA COMBINAÇÃO QUASE PERFEITA

O esporte surgiu nas classes burguesas como um lazer em ambientes de trabalho na Europa, com perspectiva democrática, desinteressada e prazerosa. No entanto, no decorrer do processo histórico, o esporte foi-se apropriando de interesses capitalistas em transformá-lo num elemento importante na busca da produtividade e eficácia e em interesses pela manutenção do *status quo* das classes dirigentes. De acordo com Elias e Dunning (1986), os aristocratas e burgueses e os pertencentes às classes subalternas praticavam esportes como ocupação do tempo livre, reforçando o estatuto das classes sociais a que pertenciam. Como exemplos podem-se citar o tênis, o atletismo, o futebol e vários outros esportes clássicos conhecidos até hoje, que surgiram na Inglaterra entre os séculos XVII e XIX.

No Brasil, conforme estudos de Costa (1990), a primeira manifestação de esporte em ambientes de Empresa foi uma iniciativa da fábrica Bangu, sediada no Rio de Janeiro, em 1901. Os funcionários, nessa ocasião, praticavam o futebol num campo da própria fábrica.

O autor explica ainda que manifestações como essas ocorriam no País a partir de 1930, de forma diferenciada, em clubes subvencionados às empresas. Tais clubes foram denominados de “Associações Desportivas Classistas” e consistiam em um espaço de lazer e entretenimento para os funcionários e familiares. Essas organizações funcionavam em ambientes externos às fábricas (COSTA, 1990).

Se o esporte é praticado com o sentido de lazer, pode contribuir para o desenvolvimento de normas de cooperação, havendo uma possibilidade maior de promoção de integração social entre os funcionários. Para isso é importante que os profissionais envolvidos estejam bem engajados nessa abordagem. Vale a pena ressaltar que, mesmo que tenha um sentido democrático e participativo, pode existir um espírito de competição, que está intrínseco no processo. Nessa perspectiva, a competição cumpre uma função eminentemente social, deixando o resultado, a rivalidade e a preocupação excessiva em derrotar o adversário a qualquer custo para segundo plano (OLIVEIRA, 2001).

Estudos comprovam que o ambiente de trabalho permeado por suas relações competitivas e estratégicas tem provocado efeitos negativos sobre o bem-estar clínico e social do trabalhador (MARQUES e GUTIERREZ, 2006). Os autores referem-se à perspectiva de rendimento e produtividade nas metas da empresa. Sendo assim, os funcionários sentem-se pressionados a alcançá-las, vivendo num ambiente de forte tensão e pressão psicológica.

Uma das estratégias que as empresas têm empregado em relação aos funcionários para a diminuição de tais efeitos são os programas de qualidade de vida para a melhoria do bem-estar e aumento da produtividade dos funcionários. Muito embora, observa-se que o tempo livre nem sempre é valorizado pelas classes dirigentes como uma estratégia de desenvolvimento, embora se reconheça que o envolvimento em programas de lazer, ao trazer saúde, bem-estar e regeneração ao trabalhador, também traz disponibilidade, energia para pensar os valores da própria vida profissional, constituindo-se num tempo de possíveis resistências e até de transformações.

Padilha (2000) afirma que a maioria das atividades de lazer realizadas em ambientes de trabalho é dotada de princípios funcionalistas, uma vez que o tempo dedicado ao lazer cumpre uma função de descanso com finalidades prioritárias de promover uma recuperação necessária para um retorno mais produtivo do trabalhador. A autora compreende que autores funcionalistas acreditam que as frustrações e insatisfações geradas no ambiente de trabalho podem ser compensadas nos momentos proporcionados pelo lazer, constituindo-se em atividades de apêndice para o trabalho.

É mister oportunizar as atividades de lazer nas empresas com o enfoque de desenvolvimento. Para Greiner (1986), é fundamental que as empresas adotem medidas para que os funcionários descansem, reflitam e se desenvolvam. O lazer nesse sentido preenche bem essas necessidades, no caráter da melhoria tanto da produtividade quanto do desenvolvimento dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, o lazer pode ser utilizado como elemento de valorização do ser humano no horário de trabalho e no tempo de não-trabalho.

Marcelino (1999) afirma que as relações de empresa e lazer têm sido constantemente utilizadas com sucesso nas organizações no mundo contemporâneo. É fundamental que as pessoas reflitam sobre as possíveis adaptações dessas relações não como antagônicas, e sim como complementares.

Tubino (2007, p.58) define o Esporte nas Empresas como um direito dos funcionários:

O esporte nas empresas constitui as práticas esportivas disponibilizadas pelas empresas para os funcionários e familiares. Os preceitos da Gestão Moderna indicam que as empresas devem oferecer a seus empregados, práticas esportivas que propiciarão o ambiente desejável nas suas dependências. As grandes empresas montam clubes para os seus funcionários e familiares, onde eles têm a oportunidade de práticas esportivas na perspectiva do Esporte Lazer.

O esporte como lazer tem, como princípio, o prazer lúdico e a ocupação do tempo livre e de liberdade. Também é conhecido como esporte-participação. Sua maior finalidade é promover o bem-estar dos participantes sem grandes compromissos com regras institucionais. As pessoas que praticam o esporte lazer desenvolvem um espírito de socialização muito grande, uma vez que a participação é livre, sem privilégios para os talentos, favorecendo a inclusão de todos (TUBINO, 2001).

Atualmente é evidente a relevância do esporte como um dos maiores fenômenos deste século, principalmente quando deixa de priorizar o rendimento passando a incorporar em seus conceitos valores da educação e bem-estar social. Na verdade, o esporte lazer, diferente do esporte de rendimento, que privilegia os talentos e mantém rígidas suas normas internacionais, tem como característica principal a democracia, que determina a prática por qualquer pessoa, em qualquer lugar, no tempo livre, sozinho ou com parceiros, de acordo com um ou vários objetivos e regras convencionais, durante toda a vida (TUBINO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte praticado nas empresas como forma de lazer permite aos funcionários compensar as desigualdades sociais nos momentos em que, independente da função profissional que exercem, entram em campo simplesmente para a prática esportiva e, unidos por um sentimento fraternal, defendem o mesmo time, superando as reais barreiras sociais. O esporte é considerado um dos melhores meios de convivência humana deste século (TUBINO, 2001). Conclui-se, portanto, que a prática de esportes como lazer no tempo livre pode contribuir para a conquista do bem-estar físico e mental, melhorar a qualidade de vida, proporcionando maior convivência humana e maior disposição para enfrentar as rotinas do dia-a-dia. Aliás, essas atividades são potenciais de desrotinização, recuperadoras de energias e de realizações pessoais.

Palavras-chave: Esporte. Lazer. Bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- CALVET, O. A. **Direito ao lazer nas relações de trabalho**. São Paulo: Ltr, 2006.
- COSTA, L. P. Fundamentos do lazer e esporte na empresa. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação, Esportes e Recreação. **Esporte e lazer na empresa**. Brasília: MEC/SEED, 1990.
- MASI, D. de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.
- _____. **A Revolução Cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994.
- _____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **Quest for Exciting: Sport and Leisure in the Civilizing Process**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, p.201-36, mar./abr. 2006
- GREINER, L. E. **Evolução e Revolução no desenvolvimento das organizações**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- GUTIERREZ, G. (Org.). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003
- MARCELLINO, N.C. (Org.) **Lazer & Empresa: múltiplos olhares**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.
- MARQUES, R.F.R.; GUTIERREZ, G.L. Ações cooperativas e competitivas e as relações interpessoais no mercado de trabalho. In: VILARTA, R. et al.(Orgs.). **Qualidade de vida e fadiga institucional**. Campinas: Ipes, 2006. p.31-46.
- MASCARENHAS, F. Lazerania também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.73-90, mai/ago.2004
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midiograf, 2001
- OLIVEIRA, S.A **Reinventando o esporte: possibilidade da prática pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.
- PADILHA, V. **Tempo livre e Capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- SALIS, V.D. **Ócio Criador, Trabalho e Saúde: Lições da Antiguidade para a conquista de uma Vida mais Plena em nossos dias**. São Paulo: Claridade, 2004, p 15.

SANTOS, L. C. T. dos. A atividade física e a construção da corporeidade na Grécia Antiga. In: **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá-PR v. 8, nº1, p. 73-77, 1997.

SARMENTO, D. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

TUBINO, F.M.; GARRIDO, F.A.C.; TUBINO, M.J.G. **Dicionário Enciclopédico do Esporte**. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

_____. **As dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: IBRASA, 1987, p. 68.

WERNECK, C. L. G. A relação lazer/trabalho e seu processo de constituição histórica no mundo ocidental. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4., 1996, Belo Horizonte. **Coletânea...** Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 329-338.

RENILTON OLIVEIRA SANTOS
Avenida José Rato, 156/104 Bairro de Fátima.
Serra – ES – CEP 29160790
Fones: 27 8831 8805 e 27 3347 4210
Email: nillsanttos@hotmail.com

Formulário

Título do artigo: O Esporte como lazer em trabalhadores na Empresa Suzano Papel e Celulose da Unidade de Mucuri - BA numa perspectiva de bem-estar social.

Em conformidade com as Resoluções de n. 1595/2000, do Conselho Federal de Medicina, de n. 102/2000 da Vigilância Sanitária RDC e com as Recomendações da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte, declaramos que o artigo não tem potencial de conflitos de interesses no que tange a:

- Participação em estudos clínicos e/ou experimentais subvencionados pela indústria;
- Ser palestrante em eventos patrocinados pela indústria;
- Ser membro do Conselho Consultivo ou Diretivo da indústria;
- Participar de Comitês Normativos de estudos científicos patrocinados pela indústria;
- Receber apoio institucional da indústria;
- Ter ações da indústria;
- Preparo de textos científicos em periódicos patrocinados pela indústria.

Não tenho nenhum potencial conflito de interesse em relação ao presente artigo

Tenho potencial conflito de interesse em relação ao presente artigo, conforme descrição detalhada a seguir

Autor: Renilton Oliveira Santos

Assinatura: Renilton Oliveira Santos

Autor: Dra. Vera Lucia de Menezes Costa

Assinatura: Vera Lucia de Menezes Costa

Autor: Dr. Manoel José Gomes Tubino (*in memorian*)